

DÍVIDA EXTERNA

**Dilema: o Brasil
vai ao FMI ou é o FMI que
vem ao Brasil?**

JORNAL DA TARDE
- 1 JUL 1987

**A pergunta do Clube
de Paris: somos um país
do Quarto Mundo?**

Os quatro senadores brasileiros saíram do Fundo Monetário Internacional, na rua Pensilvânia, em Washington, ontem à tarde com uma certeza surpreendente: "É o FMI que vai ao Brasil". A recomendação que tinham recebido pela manhã do secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker, era exatamente a oposta: "O Brasil deve ir ao FMI", embora ele também não descartasse outras opções.

O diretor-executivo do FMI, Michel Camdessus, apresentou-se aos senadores Fernando Henrique Cardoso (PMDB), Virgílio Távora (PDS), Carlos Chiarelli (PFL) e Raimundo Lyra (PMDB): "Eis aqui o satã". A comissão especial do Senado sobre a dívida externa indicou logo seu objetivo: "Viemos aqui exorcizá-lo", disseram ao "satanás" Camdessus.

A primeira impressão informal do senador Fernando Henrique Cardoso foi de que Michel Camdessus pode muito bem deixar o papel de satanás e "tornar-se um senador brasileiro", mas no sentido de que "é um ótimo político".

"Gostamos da conversa", explicou Fernando Henrique em nome da comissão do Senado. "Repetimos nossas teses. Reafirmamos a posição brasileira. Mostramos nossas dificuldades para nos relacionarmos com o Fundo. Que não há condições para uma aproximação entre o Brasil e o FMI, por várias razões. Que nós gostaríamos que o governo brasileiro definisse o plano do Brasil por conta própria, sem interferências. Camdessus concordou com isto. Disse que não esperava outra coisa."

Carlos Chiarelli interrompeu

Fernando Henrique para acrescentar: "Nossa posição está muito clara. Quem pode e deve saber realmente qual é o melhor critério para a condução da política econômica brasileira só pode ser o governo brasileiro, a sociedade brasileira. Camdessus compreende isso, e nos estimulou, dizendo-nos que por este caminho é que se vai. Há um clima para o diálogo."

Para Virgílio Távora, ficou "claríssimo" que "não se pode nem pensar em acordo com o FMI, dados os pontos de vista assumidos pelo governo durante tanto tempo". Os outros senadores concordaram, repetindo: "Ficou claro...". O embaixador Marcílio Marques Moreira observava de longe, caminhando de um lado para outro.

"O Brasil não irá ao FMI", insistiu Carlos Chiarelli. "O que se notou é que o FMI está entendendo melhor a realidade econômica do Brasil, e pode até acontecer que o FMI queira ir ao Brasil."

"Um novo FMI está nascendo", perguntou um repórter.

"A conversa foi nesta linha", respondeu Fernando Henrique. "Não quero dizer a você que há um novo FMI porque o FMI não é o seu diretor-executivo. É toda uma casa. Tem governadores. Tem limitações. A posição de Camdessus foi de compreensão. De nossa parte, fomos bastante claros: não há condições de negociações formais com o FMI."

Mas, segundo o relato feito por Fernando Henrique, o secretário Baker considera muito difícil para o País chegar a um acordo com o Clube de Paris sem o FMI. "Podem haver dificuldades", admitiu o senador.

M.R.

O Clube de Paris considerou insatisfatórias as alternativas apresentadas recentemente na capital francesa pelos representantes do governo brasileiro — o embaixador Rubem Barbosa, chefe da assessoria internacional do Ministério da Fazenda, e Antônio de Pádua Seixas, diretor do Banco Central — para o reescalonamento de parte da dívida pública com vencimentos a partir de hoje, 1º de julho. A resposta do Clube de Paris foi enviada por sua secretaria, no caso o Tesouro Francês, após consulta aos diversos credores brasileiros.

Segundo se revelou ontem em Paris, o Brasil solicitou, entre outras coisas, um reescalonamento com prazo de 20 anos e sete de carência. Ora, esse foi o prazo concedido a dois países africanos, do chamado Quarto Mundo: Moçambique e Mauritânia. A posição do Brasil, segundo a mesma fonte, não deve ser confundida com a desses países, sem quaisquer possibilidades no momento. Mesmo o reescalonamento obtido pelo Zaire foi de 15 anos. Eis por que o Clube de Paris não pretende aprovar tais prazos quando se trata do reescalonamento de parte da dívida brasileira, mesmo admitindo-se uma negociação mais flexível, em termos de prazo, carência e juros.

Ainda recentemente, um dos dirigentes franceses do Clube, Samuel de Lajeunesse, revelou que este havia tomado conhecimento das propostas brasileiras e mandado sua resposta. Hoje, confirma-se

que a resposta não foi satisfatória, razão pela qual "a partir de hoje, o Brasil se encontra em posição de moratória também junto ao Clube de Paris", que reúne os credores oficiais — fornecedores de empréstimos garantidos pelos governos. Isso, entretanto, não deve ser dramatizado, pois os contatos não foram interrompidos. Até agora, não houve nenhuma nova negociação direta, como em janeiro, quando o Clube se reuniu no Hotel Majestic e aprovou um reescalonamento de parte da dívida brasileira relativa a dois anos anteriores e seis meses de 1987. Na verdade, voltamos à situação anterior à negociação de janeiro, quando o País não estava pagando os juros devidos aos credores do Clube de Paris relativos aos últimos dois anos. Até agora ocorreram contatos entre as autoridades brasileiras e a direção do Clube de Paris, mas não uma negociação formal.

Agora, o Clube de Paris está na expectativa de um novo relatório do FMI que enviou uma missão ao Brasil, acreditando que ele possa ser favorável, principalmente após o anúncio do plano de recuperação econômica do governo brasileiro. Até então vinha prevalecendo um memorando recebido pelo Clube do FMI — antes mesmo do anúncio do Plano Cruzado III —, muito crítico à evolução da economia brasileira. Agora, o esforço do Brasil terá de concentrar-se na superação das resistências dos credores.

Realí Júnior, de Paris

Os bolivianos, sofrendo nas mãos de um credor chamado Brasil.

Um dos maiores devedores do mundo, o Brasil às vezes ocupa o outro lado da mesa de negociações, como credor. Dever para o Brasil é uma dor-de-cabeça que o presidente do Banco Central da Bolívia, Javier Nogález, está enfrentando há tempos, mas sem esperança de um alívio imediato.

"O Brasil é muito duro com seus credores", queixou-se Nogález, depois de uma frustrada reunião, em Brasília, com o presidente do Banco Central, Fernando Milliet. O boliviano propôs a rolagem da dívida de seu país por um prazo de 10 anos, com cinco de carência. Mas o Brasil tem pressa em receber os

US\$ 250 milhões que a Bolívia lhe deve. Inconformado, Nogález exibiu à imprensa uma cópia do acordo que está sendo firmado com outros países do Clube de Paris, onde o Brasil tem assento como credor apenas ocasionalmente. No documento, falta a assinatura do Brasil, Áustria e Israel. "Nós estamos fazendo um grande sacrifício e precisamos

da ajuda internacional", disse Nogález, mostrando que a Bolívia reduziu gastos e aumentou impostos. O presidente do BC boliviano volta a seus país sem a assinatura do Brasil e sem ter encontrado solução para outro problema: importa US\$ 15 bilhões de produtos brasileiros e só consegue exportar US\$ 1 bilhão.